

OS REFLEXOS DA PATOLOGIZAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO PROCESSO EDUCATIVO

THE REFLEXES OF THE PATHOLOGIZATION OF LEARNING DIFFICULTIES IN THE EDUCATIONAL PROCESS

¹VELASCO, Lygia Galvão Velasco

¹Departamento de Ciências Humanas – Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos- Unifio/FEMM

RESUMO

No cotidiano escolar, é comum observar queixas de baixo desempenho e dificuldades de aprendizagem dos estudantes. É crucial prestar atenção aos riscos associados a concepções extremas, como a psicologização de problemas biológicos ou a medicalização de questões sociais, especialmente em alunos de classes populares. Portanto, é essencial preparar os professores para identificar a necessidade de intervenção em várias áreas do conhecimento e evitar o encaminhamento prematuro de alunos para especialistas ao detectar sinais mínimos de dificuldades. Este estudo tem como objetivo refletir sobre os principais processos da realidade educacional brasileira, discutir as dificuldades de aprendizagem e o fenômeno da patologização da educação, e destacar a importância da formação de professores para lidar com essas situações. A relação professor-aluno é fundamental para identificar as primeiras queixas. O estudo se justifica pela classificação excessiva de comportamentos como psicopatológicos, sem considerar o contexto em que ocorrem. Comportamentos comuns e reações esperadas são tratados como sinais de instabilidade psicológica e orgânica. Além disso, observa-se uma tendência a medicar crianças, adolescentes e adultos de forma excessiva como estratégia para solucionar problemas, bem como a realização de diagnósticos em consultórios médicos. Em conclusão, a patologização das dificuldades de aprendizagem pode prejudicar o processo educativo quando não há intervenção adequada para ajudar os estudantes a superarem essas dificuldades.

Palavras-chave: Psicologia Escolar; Patologização da Educação; Medicalização.

ABSTRACT

In everyday school life, it is common to observe complaints of low performance and learning difficulties among students. It is crucial to pay attention to the risks associated with extreme concepts, such as the psychologization of biological problems or the medicalization of social issues, especially among students from lower classes. Therefore, it is essential to prepare teachers to identify the need for intervention in various areas of knowledge and avoid prematurely referring students to specialists when detecting minimal signs of difficulties. This study aims to reflect on the main processes of the Brazilian educational reality, discuss learning difficulties and the phenomenon of pathologization of education, and highlight the importance of teacher training to deal with these situations. The teacher-student relationship is fundamental to identifying the first complaints. The study is justified by the excessive classification of behaviors as psychopathological, without considering the context in which they occur. Common behaviors and expected reactions are treated as signs of psychological and organic instability. Furthermore, there is a tendency to overmedicate children, adolescents and adults as a strategy to solve problems, as well as to carry out diagnoses in doctors' offices. In conclusion, the pathologization of learning difficulties can harm the educational process when there is no adequate intervention to help students overcome these difficulties.

Keywords: School Psychology; Pathologization of Education; Medicalization.

INTRODUÇÃO

A patologização das dificuldades de aprendizagem tem se tornado uma preocupação crescente na educação brasileira. A tendência de rotular e medicalizar comportamentos que podem ser considerados dentro do espectro da normalidade tem consequências significativas para o processo educativo. Essa abordagem excessivamente patologizante pode levar a uma compreensão reducionista dos desafios enfrentados pelos alunos, desconsiderando fatores sociais, emocionais e pedagógicos que podem influenciar seu desempenho acadêmico.

A realidade educacional brasileira apresenta uma série de desafios complexos, como a falta de recursos adequados, a desigualdade socioeconômica, a violência e a falta de acesso a oportunidades educacionais de qualidade. Nesse contexto, é fundamental que os professores estejam preparados para identificar e abordar as dificuldades de aprendizagem de forma abrangente e contextualizada.

Ao enxergar os problemas de aprendizagem apenas como questões individuais e biológicas, corre-se o risco de negligenciar a importância de estratégias pedagógicas diferenciadas, de intervenções sociais e emocionais e de um ambiente educacional inclusivo. A ênfase na medicalização e no encaminhamento para especialistas pode levar à exclusão e à estigmatização dos alunos, reforçando desigualdades e limitando suas oportunidades de desenvolvimento integral.

A formação de professores desempenha um papel crucial na abordagem adequada das dificuldades de aprendizagem. É essencial capacitar os educadores para reconhecer as múltiplas causas e influências que afetam o processo educativo, promovendo uma visão holística do aluno e adotando práticas pedagógicas inclusivas e adaptativas.

Além disso, é importante incentivar a colaboração entre profissionais da educação, da saúde e de outras áreas para que haja uma abordagem integrada e multidisciplinar na identificação e no suporte às dificuldades de aprendizagem. O trabalho em equipe, a troca de experiências e a busca por soluções conjuntas podem resultar em intervenções mais eficazes e abrangentes, que considerem as necessidades individuais e contextuais dos alunos.

A patologização das dificuldades de aprendizagem e a busca excessiva por soluções medicalizantes podem comprometer o processo educativo, desconsiderando fatores sociais e pedagógicos relevantes. É fundamental promover uma reflexão crítica sobre essas questões, valorizar a formação dos professores e buscar

abordagens inclusivas e contextualizadas que possibilitem aos alunos superar suas dificuldades e alcançar seu pleno potencial educacional.

Diante desse cenário, o presente trabalho busca identificar os reflexos da patologização das dificuldades de aprendizagem no processo educativo. Com base nessa problemática, busca-se compreender como os efeitos desse fenômeno comprometem o desenvolvimento do processo educativo como um todo.

Portanto, este projeto de pesquisa tem como objetivo refletir e apresentar considerações sobre os principais processos que constituem a realidade educacional brasileira, discutindo as dificuldades de aprendizagem e o fenômeno da patologização da educação. Além disso, ressalta-se a importância da formação de professores para lidar com essas situações, uma vez que é por meio da relação entre professor e aluno que as primeiras queixas são manifestadas.

METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão de literatura narrativa de interesse, com foco na abordagem qualitativa. A revisão de literatura narrativa permite a análise e síntese de informações já publicadas, proporcionando uma compreensão mais aprofundada do tema em questão.

A coleta de dados foi realizada por meio da seleção de artigos e obras relevantes nas bases de dados científicas, como o Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os descritores utilizados para a busca incluem "Psicologia Escolar", "Patologização da Educação" e "Medicalização". A seleção dos artigos ocorreu por meio da leitura dos títulos e resumos, buscando aqueles que apresentem relevância para a temática em estudo.

É importante ressaltar que a revisão narrativa de literatura não segue critérios rígidos de coleta de dados, e a análise dos artigos selecionados pode ser influenciada pelo autor da pesquisa. No entanto, ela é uma abordagem amplamente utilizada na discussão e descrição de diversos assuntos e áreas do conhecimento. Apesar de não apresentar explicitamente as fontes utilizadas e o método de busca empregado, a revisão narrativa proporciona a construção e sistematização das informações.

No que diz respeito à abordagem metodológica, optou-se pela qualitativa devido à natureza exploratória do estudo e ao objetivo de compreender os reflexos da patologização das dificuldades de aprendizagem no processo educativo. A pesquisa

qualitativa é adequada para investigar fenômenos complexos e explorar as perspectivas e experiências dos indivíduos envolvidos.

Quanto ao tipo de pesquisa, esta revisão se enquadra como uma pesquisa de revisão de literatura, pois tem como objetivo analisar e sintetizar os conhecimentos existentes sobre a patologização das dificuldades de aprendizagem. Essa abordagem permite explorar estudos anteriores, identificar lacunas na literatura e fornecer uma base teórica para o desenvolvimento do estudo.

Portanto, a metodologia adotada neste trabalho é uma revisão de literatura narrativa de interesse, com ênfase na abordagem qualitativa, visando compreender os reflexos da patologização das dificuldades de aprendizagem no processo educativo.

DESENVOLVIMENTO

O cotidiano escolar é permeado por inúmeras questões, sendo possível observar com grande frequência queixas relacionadas à aprendizagem e ao baixo desempenho dos educandos tornando de extrema relevância a atenção aos riscos decorrentes de concepções extremas, tais como a psicologização de problemas biológicos (ou o contrário), ou ainda a patologização e a medicalização de problemas que resultam de questões sociais, especialmente no que se refere a educandos de camadas populares, sendo indispensável o preparo para a identificação da necessidade de intervenção nas diversas áreas do conhecimento, bem como para que não seja realizado o encaminhamento de alunos para especialistas ao se identificar o menor sinal de dificuldade. (MACHADO, 2002; PINHEIRO et al, 2020).

Observa-se ainda a presença de visões superadas cientificamente, mas permanecem sendo atribuídas como fatores da não aprendizagem, evidenciando inúmeras vezes que as explicações para os problemas de aprendizagem e o fracasso escolar necessitam de embasamento científico para sua sustentação (PATTO, 2015; SCHWEITZER; SOUZA, 2018).

Entre meados do século XIX e início do século XX, a aprendizagem se tornou objeto de estudo da medicina, buscando compreender os fatores que contribuem para a aprendizagem e a não-aprendizagem. Além disso, a aprendizagem passou a ser fortemente compreendida sob o viés do determinismo biológico. A elevação do número de explicações para o fracasso escolar no século passado produziu marcas que podem ser observadas ainda hoje no cotidiano escolar, assim como nos

discursos de inúmeros profissionais que atuam nas mais diversas áreas que da Educação (MOYSÉS, 2001).

Assim sendo, torna-se possível a avaliação de que:

Nas últimas duas décadas vem sendo cada vez mais aceita no Brasil a ideia de que as dificuldades escolares de uma criança são causadas por problemas de ordem médica. Essa certeza abre espaço para profissionais da saúde, exames, rótulos, diagnósticos, remédios, todos voltados a legitimá-la e a transformar crianças em crianças-problema ou anormais (GARRIDO; MOYSÉS, 2010, p. 150).

Busca-se, portanto, na patologização das dificuldades de aprendizagem, uma justificativa para o fracasso no processo de ensino e aprendizagem, responsabilizando a presença de problemas de ordem médica no indivíduo pelo não aprendido. Assim, compete às famílias a busca por um tratamento para uma suposta condição de anormalidade.

De acordo com Campos (1997), no que se refere às definições dos termos, encontra-se com maior frequência na literatura, a compreensão do distúrbio de aprendizagem enquanto significado restrito, abrangendo uma disfunção neurológica, isto é, a presença de desvios nas funções do sistema nervoso central, assim como lesões no cérebro e fatores hereditários e/ou disfunções químicas.

Hammill (1987, p.36) destaca como definição de distúrbio de aprendizagem aceita na atualidade:

Distúrbio de Aprendizagem é um termo genérico que se refere a um grupo heterogêneo de desordens, manifestadas por dificuldades na aquisição e no uso da audição, fala, escrita e raciocínio matemático. Essas desordens são intrínsecas ao indivíduo e presume-se serem uma disfunção de sistema nervoso central. Entretanto, o distúrbio de aprendizagem pode ocorrer concomitantemente com outras desordens como distúrbio sensorial, retardo mental, distúrbio emocional e social, ou sofrer influências ambientais como diferenças culturais, instruções inapropriadas ou insuficientes, ou fatores psicogênicos. Porém, não são resultado direto destas condições ou influências.

Em contrapartida, os termos “dificuldades e/ou problemas de aprendizagem” são observados com maior frequência no ambiente escolar, em referência aos educandos que apresentam um desempenho escolar abaixo do esperado (CAMPOS, 1997). Trata-se de termos utilizados no intuito de indicar a presença de desordens no processo de aprendizagem de forma mais ampla, decorrentes de condições e fatores temporários e passíveis de remoção e não de origem orgânica, segundo a concepção dos distúrbios de aprendizagem. Assim sendo, as dificuldades de

aprendizagem são atribuídas a uma condição que pode ser modificada e não a um quadro permanente do aluno (CAMPOS, 1997).

Todavia, embora as questões relacionadas a aprendizagem no ambiente educacional serem sejam transitórias, ainda é pouco frequente a consideração da instituição escolar, da metodologia de ensino adotada e do projeto político-pedagógico como elementos relacionados às dificuldades aprendizagem. Assim sendo, tais dificuldades são atribuídas quase que exclusivamente sobre os educandos e seus familiares. Não se trata aqui de uma tentativa o que não implica na transferência da responsabilidade ou ainda a indicação de novos culpados, porém é indispensável a consideração de todos os agentes do processo de escolarização para o desenvolvimento de uma análise crítica acerca da realidade enfrentada (PATTO, 2015; SCHWEITZER; SOUZA, 2018).

Como decorrência desse contexto, inúmeras vezes é possível observar um processo de patologização da Educação, ou seja, a medicalização dos educandos que apresentam dificuldades de aprendizagem, destoando do padrão esperado pela instituição, necessitando de uma correção rápida através da medicalização. Nesse sentido, Moysés e Collares destacam que:

[...] o termo medicalização refere-se ao processo de transformar questões não-médicas eminentemente de origem social e política, em questões médicas, isto é, tentar encontrar no campo médico as causas e soluções para problemas dessa natureza. A medicalização ocorre segundo uma concepção de ciência médica que discute o processo saúde-doença como centrado no indivíduo, privilegiando a abordagem biológica, organicista (MOYSÉS; COLLARES, 1994, p. 25).

Essa busca na medicalização de soluções para problemas de ordem social e política corresponde a uma tentativa de responsabilizar exclusivamente o indivíduo pelas dificuldades de aprendizagem apresentadas que inviabilizam a avanço no processo de ensino e aprendizagem, desconsiderando as especificidades e necessidades de cada indivíduo.

Vale ressaltar os perigos da consideração da concepção do processo de ensino-aprendizagem de cada aluno segundo um mesmo padrão, esperando que todos os educandos aprendam as mesmas coisas, da mesma forma, apresentando o mesmo interesse em um mesmo período de tempo. Tal concepção pode contribuir para a naturalização das dificuldades de aprendizagem, tornando-se uma forma eficiente para a justificação da exclusão de inúmeros educandos das instituições de

ensino públicas, visto que de acordo com essa lógica, possibilita-se a uma desresponsabilização por parte do sistema político, social e pedagógico, peças imprescindíveis para a problematização e reflexão acerca de alternativas educacionais que possibilitem a superação das dificuldades de aprendizagem (ANTUNES, 2003; PATTO, 2015).

De acordo com Tuleski e Franco (2019, p. 62) “a possibilidade de atingir um nível de desenvolvimento mais elevado está diretamente relacionada com a situação social em que a criança se encontra”. Nesse sentido, faz-se necessária uma reflexão crítica acerca do processo de desenvolvimento e aprendizagem dos educandos, bem como das especificidades de cada caso. Assim:

Destacamos que o desenvolvimento é processual e intimamente relacionado com as condições objetivas da vida da criança. Lembramos que quando a concepção predominante no espaço escolar é aquela que tem como pressuposto o amadurecimento do indivíduo para alcançar determinado nível de desenvolvimento - para só então aprender - e se esse desenvolvimento não foi alcançado, torna-se o impeditivo para o aprendizado; o trabalho educativo fica distante de cumprir com seus objetivos, colaborando para a produção do fracasso escolar (FRANCO; ALVES; MENDONÇA, 2019, p. 31).

Os profissionais que atuam na área educacional, seja de forma direta ou indireta, devem apresentar um sólido embasamento teórico para a sustentação das práticas desenvolvidas, além de possuir o domínio do conhecimento acerca das especificidades do processo de ensino e aprendizagem para que seja possível romper com o senso comum e desenvolver uma prática docente transformadora, evitando reducionismos.

A compreensão do fenômeno da não aprendizagem, envolve a superação da simples descrição e classificação dos educandos, tendo em vista a necessidade de compreensão desse fenômeno como resultante da atual sociedade capitalista, em interação com o contexto observado. Trata-se de uma perspectiva que se encontra a serviço do desenvolvimento da aprendizagem dos educandos, avaliando e analisando de forma constante as metodologias educativas utilizadas na prática pedagógica, bem como os entraves ao processo de ensino-aprendizagem, sem qualquer forma de segregação e exclusão (TULESKI; FRANCO, 2019).

No que se refere à naturalização dos problemas educacionais, em especial os relacionados à aprendizagem, concebidos como fatores intrínsecos ao próprio ser, destaca-se que

[...] o que aparece como natural é social; o que aparece como a-histórico é histórico; o que aparece como relação justa, é exploração; o que aparece como resultado de deficiências individuais de capacidade, é produto de dominação e desigualdade de direitos determinada historicamente” (PATTO, 1997, p. 57).

De acordo com Moysés e Collares (1997) é preciso atenção aos perigos do cotidiano escolar patologizado e da necessidade de rompimento com preconceitos e práticas consolidada na área educacional, buscando compreender os problemas para além do aluno e da família, evitando dessa forma, que questões político-pedagógicas sejam transportadas para causas e soluções medicalizadas.

A predominância de um discurso institucional com base na correção de peças individuais, transferindo todo o problema e responsabilidade são transferidos da instituição e seus agentes para os alunos e familiares, revestido de uma ciência tida como neutra, com o apoio de diagnósticos precisos e capazes de estabelecer verdades inquestionáveis, constituindo-se como um instrumento de extrema relevância para o auxílio nas explicações e justificativas científicas para as dificuldades de aprendizagem dos educandos, mesmo quando eles não apresentam qualquer tipo de distúrbio de aprendizagem.

Tal contexto se deve ao fato de ser comum o pensamento de que uma parcela significativa dos educandos não aprende em virtude de apresentarem diagnósticos estabelecidos por especialistas e, assim sendo, não existe nada ou muito pouco que há pouco que possa ser realizado para que o problema seja solucionado. Nesse sentido, Moysés e Collares (1996, p. 26) destacam que “a escola - entendida como instituição social concreta, integrante de um sistema sociopolítico concreto - apresenta-se como vítima de uma clientela inadequada”.

Não se trata de negar a existência de patologias e problemas relacionados à aprendizagem, ou mesmo que há alunos que necessitam efetivamente de auxílio psicológico ou intervenções das áreas da saúde no intuito de beneficiá-los com os tratamentos ofertados. O fato é que a maioria dos educandos encaminhados para clínicas de saúde não apresentam nenhum impedimento para uma aprendizagem efetiva. Evidencia-se, portanto, que o problema se encontra no encaminhamento exagerado de educandos com base em queixas de dificuldades de aprendizagem e o mais grave, em um número excessivo de diagnósticos emitidos de forma muito simples e sem uma reflexão crítica. (PATTO,2015)

A constante patologização dos educandos que apresentam baixo desempenho escolar, com base em explicações demasiadamente simples, inúmeras vezes pejorativas, que evidenciam a presença de preconceitos e juízo de valor, bem como a culpabilização da dinâmica familiar e psíquica do educando, não tem apresentado contribuições que possibilitem assegurar o ensino e desenvolvimento dos educandos nas instituições de ensino.

Nesse sentido, observa-se que,

A educação, assim como todas as áreas sociais, vem sendo medicalizada em grande velocidade, destacando-se o fracasso escolar e seu reverso, a aprendizagem, como objetos essenciais desse processo. A aprendizagem e a não-aprendizagem sempre são relatadas como algo individual, inerente ao aluno, um elemento meio mágico, ao qual o professor não tem acesso, portanto, também não tem responsabilidade. [...] o diagnóstico é centrado no aluno, chegando no máximo até sua família; a instituição escolar, as políticas educacionais raramente são questionadas no cotidiano da escola. Aparentemente o processo ensino-aprendizagem iria muito bem, não fossem os problemas existentes nos que aprendem (MOYSÉS; COLLARES, 1994, p. 26).

A patologização da aprendizagem configura-se como uma área em franca expansão, gerando efeitos rápidos nas práticas educacionais desenvolvidas no Brasil, contando com uma ampla aceitação por parte da população, abrangendo inclusive as vítimas desse processo. Em geral, quando os educandos que apresentam baixo desempenho escolar são diagnosticados, de forma equivocada, com distúrbios de aprendizagem, transtornos e patologias, rapidamente as consequências são percebidas e um caminho é traçado de forma gradativa em direção ao fracasso escolar, pois as intervenções não são direcionadas para o problema principal, modificando-se muito pouco na dinâmica escolar do educando (MOYSÉS; COLLARES, 1994).

Embora os principais manuais de diagnóstico utilizados na atualidade no processo diagnóstico, apresentem critérios e definições diagnósticas amplas e vagas acerca dos transtornos de aprendizagem, ou não tão precisas quanto se acredita, tais manuais não são dispensáveis, sendo indispensável o cuidado para que não haja uma utilização exagerada e desmedida, sem a devida consideração de outros fatores na análise, visto que profissionais que apresentam visões pouco críticas, medicalizantes e reducionistas do comportamento humano podem promover a rotulação de inúmeras crianças capazes de aprender como incapazes.

Tuleski e Franco (2019), apontam que, no contexto dos transtornos de aprendizagem e da medicalização de crianças, destacam-se dois grupos de pesquisadores e instituições de diversas áreas em defesa de suas ideias. Aqueles que se dedicam a descrição dos sintomas, afirmando que os transtornos de aprendizagem são decorrentes de causas orgânicas, ressaltando que inúmeros educandos não são diagnosticados e conseqüentemente não recebem o tratamento adequado para os transtornos que afetam o processo de ensino e aprendizagem, bem como o rendimento escolar. Trata-se de um grupo que sustenta a existência de um subdiagnóstico. Em contrapartida há também um grupo de pesquisadores que indicam a existência de um número cada vez maior de crianças em idade escolar, sendo precocemente patologizadas e medicalizadas, ou seja, um hiper diagnóstico na infância. Vale ressaltar que embora tal estudo esteja alinhado ao outro, não há a pretensão de deixar de reconhecer os avanços de um processo diagnóstico assertivo e da utilização da medicação como tratamento nos casos de necessidade efetiva.

É fato que o contexto apresentado angustia os professores, que com frequência se sentem despreparados para o enfrentamento das inúmeras patologias e distúrbios em sua prática profissional. Assim sendo, acreditam ser necessária a intervenção e suporte de diversos especialistas para que seja possível realizar uma avaliação que possibilite uma atuação capaz de solucionar a problemática. Entretanto, é indispensável que se tenha cautela durante o processo diagnóstico, considerando que

“[...] a criança estigmatizada incorpora os rótulos, introjeta a doença, passa a ser psicologicamente uma criança doente, com conseqüências previsíveis sobre sua autoestima, sobre seu autoconceito e, aí sim, sobre sua aprendizagem. Na prática, ela confirma o diagnóstico/rótulo estabelecidos” (MOYSÉS; COLLARES, 1994, p. 29).

O parecer do psicólogo acerca de crianças com dificuldades de aprendizagem pode determinar seus destinos, sendo indispensável que a prática dos psicólogos, educadores e profissionais que atuam nessa área apresente um sólido embasamento científico e um posicionamento crítico da realidade, evitando assim que crianças capazes de aprender se tornem incapazes (PATTO, 2015).

As conseqüências decorrentes de uma postura acrítica e alienada por parte dos psicólogos e demais profissionais dessa área de atuação podem refletir

apresentar reflexos sobre a subjetividade desses educandos. Ressalta-se ainda que a elaboração de documentos por especialistas nessas condições pode gerar efeitos desastrosos, além de deixar marcas profundas por toda vida.

De acordo com Patto (2015, p.16), ao se analisar tais documentos, tem-se que:

Laudos invariavelmente ausentes de substrato teórico; mergulhados no senso comum; lacônicos; arbitrários; carentes de crítica; feitos com uma displicência reveladora de desrespeito ao cliente e de certeza de que as vítimas destas práticas não têm nenhum poder a opor ao poder técnico servem na verdade, para estancar a carreira escolar de tantos pequenos brasileiros.

Com frequência, uma parcela significativa dos psicólogos atribui de forma insistente como causa do fracasso escolar questões de ordem emocional. É fato que os conflitos emocionais exercem influência no aprendizado das crianças, todavia é preciso cautela para que não seja estabelecida uma relação linear, de causa e efeito entre as dificuldades de aprendizagem e os conflitos individuais.

Vale ressaltar que inúmeros alunos educandos que apresentam dificuldades de aprendizagem e possuem diagnósticos e laudos emitidos pelos especialistas, não apresentam capacidades e habilidades extraescolares afetadas de forma significativa, ou seja, são plenamente capazes de realizar a construção do conhecimento fora do ambiente escolar. De acordo com Moysés (2001, p.30):

[...] o escolar brasileiro sofre de doenças que não prejudicam suas atividades extraescolares, ou mais propriamente, extracurriculares. São crianças que andam (até a escola, inclusive), correm, brincam, riem, falam, contam estórias, aprendem tudo o que a vida lhes ensina e/ou exige. Mas que são portadoras de doença extremamente caprichosas, que só se manifestam quando é hora de aprender a ler e a escrever. Aprendizagem, aliás, elementar para o ser humano. Entretanto, se não existem causas médicas reais para o fracasso escolar, o que se observa é a construção artificial destas causas. Construção de falsas relações entre "doença" e não-aprendizagem, ou, mais sofisticadamente, a própria construção de entidades nosológicas, agora denominadas "distúrbios", "disfunções" etc., porém sempre sem perder a conotação de doença biológica, centrada no indivíduo.

Evidentemente os educandos não apresentam distúrbios de aprendizagem cuja manifestação pode ser observada apenas dentro da sala de aula, entretanto ao se ignorar a construção do conhecimento fora do ambiente escolar, além dos elementos da realidade histórica-social, do projeto político-pedagógico e da metodologia nas análises realizadas, torna-se possível a simples identificação no aluno de um problema a ser solucionado e/ou curado.

Para Moysés e Collares (1994) a linha que diferencia uma criança disléxica de uma mal alfabetizada é muito tênue, sendo indispensável o preparo para a percepção de tais situações, assim como de que quando uma criança ainda não possui o domínio dos conceitos básicos, dificilmente compreenderá ideias mais complexas, ou mesmo que errar é parte integrante do processo de ensino-aprendizagem.

A postura adotada pelos professores pode contribuir para uma melhor compreensão do processo de ensino e aprendizagem dos alunos que apresentam um baixo desempenho escolar, ou seja, o olhar do profissional com preparo adequado saberá diferenciar a hipótese de patologia de uma simples dificuldade, inúmeras vezes comum durante o desenvolvimento infantil e educacional.

No que se refere aos problemas e distúrbios de aprendizagem, observa-se que em virtude do elevado número de profissionais envolvidos e das diversas áreas do conhecimento, a linguagem e a compreensão acerca dos fenômenos nem sempre são as mesmas, dificultando o estabelecimento de um consenso, o que não implica na expressão da mesma percepção, ou ainda na impossibilidade de distinção ou melhor definição

Dessa maneira,

Descrever a diferença entre distúrbios de aprendizagem e dificuldades de aprendizagem nos mostra um dos equívocos que leva a uma concepção errônea da dificuldade de aprender, e isso se deve pela interpretação, às vezes, incorreta do termo, pois, muitas vezes, o termo distúrbio de aprendizagem aparece na literatura como sinônimo de outros: dificuldade escolar, problema de aprendizagem, dificuldade na aprendizagem e até mesmo, pela tradução errada do termo inglês 'learning disabilities' (CARVALHO; CRENITTE; CIASCA, 2007, p. 230).

As tentativas de conceituação e esclarecimento dos termos associados às falhas observadas no processo de aprendizagem, assim como no desenvolvimento de habilidades escolares configura-se uma tarefa significativamente difícil para os pesquisadores e profissionais. A literatura referente ao tema apresenta de forma breve os distúrbios de aprendizagem, supondo a existência de disfunções neurológicas, desenvolvimento das habilidades mentais de forma irregular, dificuldades para o desenvolvimento das tarefas acadêmicas e aquisição de aprendizagens específicas, excluindo praticamente todos os outros fatores que podem resultar em tal condição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Educação no Brasil foi configurada de tal maneira que muitos indivíduos foram excluídos desde o início, seja devido à sua classe social ou à maneira como a Educação era estruturada, com pouca consideração pela realidade da maioria da população do país. O resultado de muitos anos dentro dessa lógica é a persistência de uma estrutura social sem mudanças significativas, com a desigualdade social entre as classes persistindo e, em muitos casos, sendo a elite que obtém sucesso nas escolas brasileiras.

É necessário investir em políticas públicas de qualidade que garantam o acesso, a permanência e, principalmente, a qualidade do ensino oferecido, com as condições necessárias para o bom andamento do trabalho pedagógico. Devemos transformar a escola em um espaço de construção, no qual os alunos e professores se fortaleçam em vez de adoecerem.

A Educação pública de qualidade não pode ser alcançada de forma isolada; precisa ser pensada de maneira interdisciplinar e multiprofissional, levando em consideração as questões sociais que vão além do campo da Educação. Devemos romper com o assistencialismo e com os elementos do discurso meritocrático, uma vez que nossos alunos estão longe de serem socialmente iguais e ainda não caminhamos em direção a um cenário em que a Educação realmente promova a cidadania e a justiça social.

Precisamos ter clareza de que não sabemos tudo e que uma única fórmula a ser aplicada para a superação das dificuldades de aprendizagem, visto que realidades diferentes exigem respostas diferentes. Ressalta-se ainda que o foco não deve ser o de transferir responsabilidades, identificar heróis ou culpados, nem tampouco desconsiderar a realização de intervenções. A realização de um processo diagnóstico adequado certamente pode contribuir para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com queixa escolar, entretanto, mais do que dispor de um diagnóstico, é preciso saber o que fazer com ele, tendo em vista que um laudo ou parecer não resolvem a problemática nem esgotam as possibilidades pedagógicas. Portanto, precisamos romper com práticas cristalizadas e buscar caminhos alternativos para lidar com as dificuldades dessa área tão complexa.

A capacitação dos profissionais é fundamental para desenvolver compreensões críticas sobre esses fenômenos, visando à construção de alternativas de intervenção. Por outro lado, uma formação deficitária pode contribuir para o estigma dos alunos. Nesse sentido, a Psicologia pode contribuir para o rompimento com as práticas patologizantes e excludentes presentes nas diferentes concepções de Educação no processo de escolarização dos alunos brasileiros.

Para que seja possível assegurar uma educação de qualidade existem múltiplos caminhos, sendo indispensável o trabalho para a efetivação dos objetivos educacionais junto aos alunos, professores, assim como para a elaboração de políticas públicas. O estabelecimento de uma interface entre Psicologia e Educação e do desenvolvimento de uma práxis transformadora, é possível incluir e analisar os diversos elementos que compõem o cenário educacional, de maneira ampla, multifatorial e crítica.

REFERÊNCIAS

BOCK, A. M. B. Psicologia da educação: cumplicidade ideológica. In: MEIRA, M. E. M.; ANTUNES, M. A. M. (Orgs.). **Psicologia escolar: Teorias críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 79-103.

BRAY, C. T.; LEONARDO, N. S. T. As queixas escolares na compreensão de educadoras de escolas públicas e privadas. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 251-261, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-85572011000200007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 11 mai. 2023. DOI:10.1590/S1413- 85572011000200007

CAMPOS, L. M. L. **A Rotulação de Alunos como Portadores de “Distúrbios ou Dificuldades de Aprendizagem”**: Uma questão a ser refletida. São Paulo: FDE, 1997. p. 125-140.

CARVALHO, F. B. de; CRENITTE, P. A. P., CIASCA, S. M. Distúrbios de aprendizagem na visão do professor. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 24, n. 75, p. 229-239, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862007000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 mai. 2023.

CIASCA, S. M. **Distúrbios de Aprendizagem: proposta de avaliação interdisciplinar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

CIASCA, S. M. **Distúrbios e dificuldades de aprendizagem em crianças: análise do diagnóstico interdisciplinar**. 1994. 180f. Tese (Doutorado em Neurociências) - Faculdade de Ciências Médicas, UNICAMP, Campinas, 1994.

COLLARES, C. A. L. **Ajudando a Desmistificar o Fracasso Escolar**. São Paulo: FDE, 1992. p. 24-28.

COLLARES, C. A. L. **O cotidiano escolar patologizado: espaço de preconceitos e práticas cristalizadas**. 1994. 194f. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. 1994.

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. Preconceitos no cotidiano escolar: a medicalização do processo ensino-aprendizagem. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (Org.). **Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. p. 193-211.

COLLARES, C. A.; MOYSÉS, M. A. A. **Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização**. São Paulo: Cortez. Campinas. 1996.

FRANCO, A. F.; ALVES, A. M. P.; MENDONÇA, F.W. Dos jogos de papéis à atividade de estudo: educação para o desenvolvimento. In: TULESKI, S. C.; FRANCO, A. F. (Org.). **O processo de desenvolvimento normal e anormal para a psicologia histórico-cultural: estudos contemporâneos**. 1 ed. Maringá: EDUEM, 2019.

GARRIDO, J.; MOYSÉS, M. A. A. Um panorama nacional dos estudos sobre a medicalização da aprendizagem de crianças em idade escolar. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (Org.). **Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. p. 149-162.

LUENGO, F. C. **A vigilância punitiva: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica. 2010.

MACHADO, A. M. Avaliação psicológica na educação: mudanças necessárias. In: TANAMACHI, E.; PROENÇA, M.; ROCHA, M. (Org.). **Psicologia e educação: desafios teórico-práticos**. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 143-167.

MACHADO, A. Perdas e apostas na luta contra o silenciamento presente no processo de medicalização. **Revista Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 111- 123, 2014. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/8686>. Acesso em: 11 mai. 2023. DOI:10.9771/2317-1219rf.v3i1.8686

MATTOS, P. C. **Tipos de Revisão de Literatura**. 2015, Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf> Acesso em: 10 maio. 2023.

MEIRA, M. E. M. **Psicologia Escolar: pensamento crítico e práticas profissionais**. 1997. 327f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo. São Paulo. 1997.

MEIRA, M. E. M. Para uma crítica da medicalização na educação. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 135-142, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572012000100014. Acesso em: 11 mai. 2023. DOI:10.1590/S1413-85572012000100014

MEIRA, M. E. M. Psicologia Escolar: pensamento crítico e práticas profissionais. In: TANAMACHI, E.; PROENÇA, M.; ROCHA, M. (Org.). **Psicologia e educação: desafios teórico-práticos**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

MEIRA, M. E. M.; ANTUNES, M. A. M. (Orgs.). **Psicologia escolar: Teorias críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

MININ, J. C.; LIMA, V. A. A. Psicologia Escolar: breve histórico na construção de perspectivas críticas no Brasil. **Revista saberes da Amazônia**, Porto Velho-RO, v. 3, n. 6, p. 101-118, 2017.

MOYSÉS, M. A. A. **A institucionalização invisível: crianças que não-aprendem-na-escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. **A história não contada dos distúrbios de aprendizagem**. Campinas: Papyrus/Cedes, n. 28, 1992.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. **A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico**. São Paulo: FDE, 1994. (Série Ideias, n. 23, p. 25-31).

MOYSES, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Desnutrição, fracasso escolar e merenda. In: PATTO, M. H. (Org.). **Introdução à psicologia escolar**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. **Inteligência abstraída, crianças silenciadas: as avaliações de inteligência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641997000100005. Acesso em: 11 mai. 2023. DOI:10.1590/S0103-65641997000100005

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2007.

NAVAS, L.; SAMPASCUAL, G.; CASTEJÓN, J. L. Atribuciones y expectativas de alumnos y profesores: Influencia en el rendimiento escolar. **Revista de Psicología General y Aplicada, Espanha**, v. 45, n. 1, p. 55-62, 1992.

NAVAS, L.; SAMPASCUAL, G.; CASTEJÓN, J. L. Las expectativas de profesores y alumnos como predictores del rendimiento académico. **Revista de Psicología General y Aplicada, Espanha**, v. 44, n. 2, p. 231-239, 1991.

PATTO, M. H. S. Laudos psicológicos: notas para urna reflexão. **Jornal do Conselho Regional de Psicologia 6a. Região**, n. 91, p. 16, 1995.

PATTO, M. H. S. **Introdução à Psicologia Escolar**. 3 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 4 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

PINHEIRO, S. N. S. et al. Fracasso escolar: naturalização ou construção histórico-cultural? **Fractal, Rev. Psicol.** Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 82-90, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922020000100082&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 mai. 2023.

PROENÇA, M. A queixa escolar e o predomínio de uma visão de mundo. In: MACHADO, A. M.; PROENÇA, M. (Orgs.). **Psicologia escolar em busca de novos rumos**. 3 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p. 105-137.

RIBEIRO, J. L. P. Revisão de investigação e evidência científica. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v.15 n.3, p. 671–682, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/270589189_Revisao_de_Investigacao_e_Evidencia_Cientifica. Acesso em 10 maio de 2023.

SAWAYA, S. M. Novas perspectivas do Sucesso e do Fracasso escolar. In: OLIVEIRA, M. K.; SOUZA, D. T. R.; REGO, T. C. (Org.). **Psicologia, Educação e as Temáticas da Vida Contemporânea**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2002. p. 197-213.

SCARIN ACCF, SOUZA MPR de. Medicalização e patologização da educação: desafios à psicologia escolar e educacional. **Psicol Esc Educ** [Internet]. 2020; v. 24. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392020214158>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SCHWEITZER, L.; SOUZA, S. V. de. Os sentidos atribuídos à queixa escolar por profissionais de escolas públicas municipais. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v.22, n.3, p.565- 572, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572018000300565&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 mai. 2023. DOI:10.1590/2175-35392018034949

SOUZA, M. P. R. Prontuários revelando os bastidores do atendimento psicológico à queixa escolar. In: SOUZA, B. de P. (Org.). **Orientação à queixa escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. Disponível em: [https://repositorio.usp.br/result.php?filter\[\]=about:%22PSICOLOGIA%20SOCIAL%22](https://repositorio.usp.br/result.php?filter[]=about:%22PSICOLOGIA%20SOCIAL%22). Acesso em: 11 mai. 2023. DOI:10.11606/9786587596075

TULESKI, S. C.; FRANCO, A. F. (Org.). **O processo de desenvolvimento normal e anormal para a psicologia histórico-cultural: estudos contemporâneos**. 1 ed. Maringá: EDUEM, 2019. Disponível em: <http://old.periodicos.uem.br/~eduem/novapagina/?q=node/721>. Acesso em: 11 mai. 2023. DOI:10.4025/9788576287674